

MENSAGEM INICIAL

Assumi as funções de Secretária Executiva da CPLP em janeiro do corrente ano com a convicção de que a Comunidade tem uma identidade e um conjunto de forças capazes de lhe dar uma renovada vitalidade interna e externa. E também com a determinação de dar um contributo efetivo para que a Organização realize o seu potencial, refletido na Nova Visão Estratégica adotada pela XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo.

Ao esforço para transformar as diretrizes estabelecidas pela Nova Visão Estratégica em ações e resultados concretos, soma-se o desafio de alinhar a CPLP aos compromissos globais plasmados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, compromissos esses que foram plenamente integrados na agenda da CPLP pelos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira de Brasília e que constituem o tema da atual presidência rotativa brasileira da Comunidade.

Estou convicta de que combinadas, a operacionalização da Nova Visão Estratégica e a articulação estreita entre a agenda da CPLP e a concretização dos ODS, têm o potencial de projetar a nossa Organização para um novo patamar, fortalecendo a sua presença tanto junto aos cidadãos dos nossos Estados-Membros como perante a Comunidade Internacional. Porque quanto maior for a coesão e a vitalidade interna da CPLP, maior será a nossa visibilidade e força externa.

Foi, por isso, com firme determinação que recebi a tarefa de dar início a este processo de lançar a CPLP no caminho do futuro, ao contribuir para a construção de uma agenda comum e de um rumo partilhado, capazes de dar resposta aos anseios legítimos dos Estados-Membros e seus cidadãos.

O primeiro semestre da minha gestão constituiu um período de aprendizagem, durante o qual pude conhecer a realidade quotidiana do trabalho do Secretariado Executivo. Pude, também, acompanhar a implementação de ações e iniciativas já em curso

antes da minha chegada, bem como dar início a novos projetos e atividades decorrentes de mandatos estabelecidos pela Cimeira de Brasília.

O relatório que tive a oportunidade de remeter a este Conselho de Ministros expõe de forma detalhada as realizações alcançadas entre janeiro e junho de 2017.

Permitam-me, nessa mensagem, compartilhar com Vxas Excelências algumas reflexões que resultaram da intensa aprendizagem desse período, que se projetam em prioridades e linhas de ação para o novo ciclo que agora se inicia.

Nestes primeiros seis meses, pude constatar a necessidade de desenvolver um trabalho mais focado na ação e orientado para resultados práticos, que gerem impacto efetivo. Acredito ser necessário unirmos esforços no sentido de identificar e consensualizar as grandes oportunidades, de centrar a nossa ação em objetivos comuns, concretos e alcançáveis, e de garantir mais foco na ação. Estou convencida de que estamos em condições de conseguir avanços significativos em vários domínios.

Entendo que, para alcançar esses resultados, será necessário aperfeiçoar e aprofundar a articulação entre o Secretariado Executivo e os Estados-Membros. Estou segura de que o trabalho do Secretariado Executivo será tanto mais eficiente quanto puder contar, no seu desenvolvimento, com o envolvimento e a confiança dos Estados-Membros.

Nesse sentido, acredito que o Documento de Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP, a ser apreciado pelo Conselho de Ministros, servirá como guia orientador e estruturante do trabalho a ser desenvolvido a partir de agora. Trata-se de um documento ambicioso, que permite uma visão de conjunto da abrangência e da complexidade da tarefa que temos pela frente, desafiante, certamente, mas estimulante e motivadora. Nele, são definidos claramente mandatos e responsabilidades, e indicadas áreas específicas nas quais o Secretariado Executivo deverá desenvolver um trabalho de reflexão de modo a propor caminhos a serem avaliados pelos Estados-Membros.

Considero que o processo de elaboração e discussão do Documento de Operacionalização da Nova Visão Estratégica, cuja primeira versão foi preparada pelo Secretariado Executivo sendo posteriormente enriquecido e consolidado ao longo de produtivas reuniões entre representantes dos Estados-Membros, é um exemplo bem sucedido, mas que certamente pode ser aperfeiçoado, da importância de uma coordenação mais estreita entre as instâncias políticas e decisórias da CPLP e o seu órgão de execução e assessoria.

Estou convencida de que a capacidade humana e técnica instalada no Secretariado Executivo deve ser posta ao serviço dos objetivos e prioridades estabelecidos pelos Estados-Membros, mas entendo também ser responsabilidade e dever do Secretariado Executivo refletir e propor, dentro das balizas definidas pelos órgãos políticos, soluções e iniciativas que levem à realização dos nossos objetivos comuns, além, naturalmente, de executar as ações que lhe forem incumbidas pelos Estados-Membros.

O aperfeiçoamento da articulação entre o Secretariado Executivo e os Estados-Membros passa necessariamente, na minha concepção, pelo aprimoramento dos processos internos e da estrutura administrativa do Secretariado Executivo, das suas rotinas, práticas e métodos de trabalho. Ao longo deste primeiro semestre pude familiarizar-me com estes processos. Tenho percebido e posso testemunhar o empenho e a dedicação dos funcionários do Secretariado no sentido de prestar o melhor serviço possível aos Estados-Membros, procurando atender às suas necessidades e demandas. Aproveito a oportunidade para registar aqui o meu sincero e profundo agradecimento a todos os funcionários do Secretariado Executivo pelo trabalho que vêm desempenhando.

Quero assegurar os Estados-Membros de que estou, pessoalmente, comprometida com o aumento da eficiência do Secretariado Executivo, no sentido de assegurar o uso cada vez mais eficaz dos recursos investidos pelos Estados-Membros e de garantir a transparência das nossas atividades. Temos desenvolvido um esforço intenso de revisão dos processos e de ajustes na estrutura para sermos capazes de oferecer resultados cada vez melhores e satisfatórios para todos. Pretendo intensificar e aprofundar esse esforço por meio da implementação de medidas concretas que se encontram em fase avançada de elaboração, as quais levaremos a consideração dos órgãos de decisão posteriormente.

O tema dos Observadores Associados mereceu a minha especial atenção. A CPLP encontra-se hoje na singular posição de contar com um número maior de Observadores Associados do que de Estados-Membros. Isto demonstra que a Comunidade desperta o interesse dos mais variados países, que identificam nela um espaço para a interlocução com os seus Estados-Membros. Entretanto, a expansão do número de Observadores Associados coloca desafios novos e variados, tais como a busca de um formato adequado e satisfatório para que eles possam participar das reuniões da Organização, bem como a definição de mecanismos e iniciativas capazes de potencializar a presença e o envolvimento destes países nas atividades da CPLP, tendo em conta a diversidade das suas potencialidades e interesses.

O Secretariado Executivo procurou, com base na orientação dada pela Cimeira de Brasília, contribuir para o equacionamento destes desafios, através da elaboração de um documento com propostas para uma maior aproximação dos Observadores Associados aos Estados-Membros da CPLP, que será submetido à apreciação deste Conselho de Ministros.

Neste contexto, importa referir que mantive um produtivo encontro com representantes de nove dos 10 Observadores Associados da CPLP, em junho último, no qual pude colher impressões e sugestões adicionais sobre o envolvimento de cada um nas atividades da nossa Comunidade. Mantereí este tema como uma das minhas prioridades de ação, pois entendo que se trata de uma área na qual podemos realizar avanços e trazer benefícios para a nossa Organização, especialmente no que diz respeito à promoção da língua portuguesa.

Se a questão dos Observadores Associados registou avanços positivos, sinto-me, por outro lado, obrigada a registar a existência de áreas em que não pudemos progredir.

A primeira delas refere-se à impossibilidade, por questões financeiras, de se atender ao pedido formulado por Timor-Leste para a realização de Missões de Observação Eleitoral às eleições presidenciais de março último e às legislativas previstas para 22 de julho. Ao agradecer aos Estados-Membros que se dispuseram a contribuir com recursos financeiros e humanos para as duas

missões, vejo-me compelida a lamentar que elas não se tenham podido realizar por insuficiência dos recursos oferecidos.

Entendo que as Missões de Observação Eleitoral (MOE) têm sido uma marca registada da CPLP desde a sua criação e têm desempenhado um significativo papel no fortalecimento político e institucional de muitos dos nossos Estados-Membros, ao testemunhar e avaliar a legitimidade desses importantes momentos de afirmação democrática. São também um instrumento relevante de fortalecimento da presença e da imagem da CPLP junto às populações dos Estados-Membros onde são realizadas. Perdemos todos quando elas deixam de acontecer. Por isso, manifesto a minha satisfação com a solução que se desenha para a realização da Missão de Observação Eleitoral à Angola e saúdo a decisão dos Estados-Membros de incluírem o financiamento destas missões no orçamento de funcionamento do Secretariado Executivo a partir de 2018, para que deixem de depender apenas de contribuições voluntárias.

A segunda questão diz respeito à mobilidade. Acredito haver uma perceção compartilhada entre todos os Estados-Membros de que favorecer a circulação dos cidadãos dos Estados-Membros da CPLP no espaço da Comunidade constitui fator essencial para o seu avanço e aprofundamento.

Entretanto, percebo também que as perspetivas sobre como atingir esse objetivo, e à que ritmo, variam de acordo com a realidade de cada país, que deve ser levada em conta e respeitada. As dificuldades encontradas em realizar a reunião conjunta sobre a mobilidade, adiada em mais de uma ocasião por insuficiência de confirmações por parte dos Estados-Membros, parecem-me refletir essa diversidade de perspetivas.

Pessoalmente, creio ser inadiável a retomada de um diálogo franco e aberto sobre a mobilidade, em que cada país exponha as suas possibilidades e limitações, e também possa apresentar o que tem feito para fazer avançar essa agenda. Tenho a firme convicção de que estamos além do que imaginamos e aquém do que poderíamos e talvez deveríamos. Mas, nesse tema, como nos demais temas da nossa Comunidade, o Secretariado Executivo pode manifestar a sua disponibilidade em contribuir para o diálogo, mas não pode ir além da vontade conjunta manifesta dos Estados-Membros. Pertence aos Estados-Membros a prerrogativa e a responsabilidade de decidir

até onde querem ir. Nesse sentido, peço a orientação dos Estados-Membros sobre o encaminhamento a dar ao assunto.

Outra área em relação à qual aguardo a orientação dos Estados-Membros é a cooperação económica e empresarial. Estou pessoalmente convencida de que este é um terreno fértil, que pode trazer significativos benefícios a todos os Estados-Membros da CPLP e à Comunidade como um todo.

Amparada pelas orientações constantes na Nova Visão Estratégica, que destaca o tema como um dos eixos prioritários de atuação da CPLP, orientei neste primeiro semestre o processo de reflexão no sentido de identificar pontos específicos nos quais a atuação efetiva do Secretariado Executivo, no âmbito das suas competências, poderia agregar valor no fomento da cooperação económica e empresarial. Deste processo resultou um documento, já circulado entre os Estados-Membros. Aguardo agora os comentários e orientações para dar seguimento às ações sugeridas ou àquelas que forem estimadas pertinentes e oportunas.

Permitam-me, Excelências, referir-me ainda à relação da CPLP com a sociedade civil. Estou segura que o diálogo e o envolvimento com a sociedade civil constitui elemento essencial de uma maior aproximação entre a CPLP e os cidadãos dos Estados-Membros. Nesse sentido, estimo ser necessária e urgente uma avaliação dos canais existentes de diálogo e participação, tais como a relação com os Observadores Consultivos e o Fórum da Sociedade Civil, e uma subsequente reflexão com o objetivo de desenvolver uma estratégia integrada e coesa que possibilite um maior envolvimento das organizações da sociedade civil nas atividades da CPLP.

A Nova Visão Estratégica salienta a importância de promover a CPLP e a sua imagem, por meio de estratégias de comunicação efetivas que deem visibilidade à Organização. Ao longo do primeiro semestre de 2017, o Secretariado Executivo da CPLP procurou abrir a sede da CPLP para eventos voltados para a comunidade. Destaco, especialmente, as celebrações promovidas por ocasião do Dia Internacional da Mulher, assinalado a 8 de março, que tiveram como tema o impacto das migrações sobre as mulheres da nossa Comunidade; do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, em maio, que tiveram como foco a questão do audiovisual como expressão da nossa cultura e da nossa língua comuns; e do Dia

Internacional da Criança, no início de junho, que trouxeram para a CPLP alunos de diferentes escolas de Lisboa para conhecerem e praticarem jogos e brincadeiras típicos dos nossos países. Reconheço e agradeço o envolvimento e o apoio dos Estados-Membros na organização destes eventos, que contribuíram para fortalecer a imagem da CPLP. Acredito que devemos continuar apostando em iniciativas semelhantes.

O aumento da visibilidade da CPLP abre muitas oportunidades, mas gera também desafios. Na esfera do CCP, foi manifestada preocupação e interesse pelo uso da marca CPLP por entidades não vinculadas à Organização. O Secretariado Executivo também foi questionado sobre a assinatura de Memorandos de Entendimento com organismos não governamentais e a concessão de apoios institucionais a eventos diversos. Em resposta a estas preocupações, o Secretariado Executivo elaborou um estudo sobre procedimentos possíveis para o necessário registo e proteção da marca CPLP. Por orientação do CCP, irá agora iniciar o processo de registo da marca CPLP junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Além disso, o Secretariado deu início à revisão das suas diretrizes, critérios e procedimentos para orientar a assinatura de instrumentos com terceiras entidades e para a concessão de apoios institucionais, com o intuito de garantir a integridade da imagem da nossa Organização.

Não poderia concluir essa mensagem sem referir-me à questão do orçamento de funcionamento do Secretariado Executivo. As receitas anuais destinadas ao Secretariado Executivo mantêm-se congeladas há quatro anos. Nesse período, aumentaram exponencialmente os mandatos e responsabilidades atribuídos ao Secretariado. A implementação da Nova Visão Estratégica, a ser acompanhada pelo Secretariado Executivo, a quem caberá a consolidação, o processamento e a divulgação de todo o trabalho a ser executado no âmbito da Nova Visão, além de tarefas especificadas no documento de operacionalização, exigirá um esforço adicional. Será necessário investir na capacitação e na eventual ampliação dos funcionários do Secretariado Executivo. Para tanto, serão necessários recursos de que o Secretariado não dispõe. Devo mencionar, ainda, que o não pagamento atempado das contribuições obrigatórias anuais por parte de alguns Estados-Membros contribui para agravar ainda mais a situação financeira do Secretariado Executivo. Em 2017, até o final de junho, apenas 7% das receitas previstas haviam sido efetivamente recebidas.

Excelências,

Tendo sido, eu mesma, gestora pública de um Estado-Membro, tenho plena consciência das dificuldades e dos dilemas que a administração de recursos impõe a cada um dos nossos países, especialmente, em tempos de crise e de fortes restrições orçamentais.

Mas não posso deixar de fazer um apelo aos Estados-Membros para que façam uma aposta política na CPLP e no seu potencial de fomentar o desenvolvimento de todos nós que integramos essa Comunidade, e considerem um aumento do orçamento de funcionamento do Secretariado Executivo nos próximos anos. Tenho a convicção de que se trata de um investimento que trará retorno significativo para todos. E temo que a Nova Visão Estratégica se torne uma oportunidade perdida se não for acompanhada de investimentos necessários para a sua concretização.

Por fim, quero agradecer, mais uma vez, aos Estados-Membros a confiança em mim depositada, o apoio que tenho recebido de todos desde que assumi as minhas funções. Agradeço, muito especialmente, aos governos do Brasil, da Guiné-Bissau, da Guiné Equatorial e de Timor-Leste pela atenção e hospitalidade com que fui recebida por ocasião da minha visita a esses países neste primeiro semestre. De igual modo, gostaria de expressar os meus agradecimentos ao Governo português pelo bom acolhimento e atenção que me têm sido dispensados.

Reitero a minha determinação e compromisso em continuar a honrar, da melhor forma possível, essa confiança e esse apoio, em prol de um objetivo e de um ideal que nos ultrapassam a todos, que é um futuro de paz, justiça e prosperidade para os cidadãos da nossa Comunidade.

Muito obrigada pela vossa atenção!

